



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

# **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO** **ATOrd 0024923-87.2017.5.24.0071**

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

## **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 09/06/2017

**Valor da causa:** R\$ 26.000,00

**Partes:**

**AUTOR:** MARIA CELIA VICENTE - CPF: 518.798.751-87

**ADVOGADO:** ALDEIR GOMES DE ALMEIDA - OAB: MS11384

**RÉU:** M. A. DE LIMA - ME - CNPJ: 20.747.258/0001-63

**ADVOGADO:** JOSE VICTOR DE SIQUEIRA FERREIRA - OAB: MS23059

**RÉU:** MARIA APARECIDA DE LIMA - CPF: 465.840.131-20

**PERITO:** SERGIO BERGO DE CARVALHO - CPF: 661.376.919-34

**DEPOSITÁRIO:** ALESSANDRO DE SOUZA - CPF: 268.040.218-94



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO  
1ª VARA DO TRABALHO DE TRÊS LAGOAS  
ATOrd 0024923-87.2017.5.24.0071  
AUTOR: MARIA CELIA VICENTE  
RÉU: M. A. DE LIMA - ME E OUTROS (2)

### EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **Carlos Roberto Cunha**, Juiz do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Três Lagoas - MS, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

Torna público que a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do presente edital em Imprensa Oficial, estará aberto o Leilão para captação de lances na modalidade eletrônica, através do portal [www.marcaleiloes.com.br](http://www.marcaleiloes.com.br), com encerramento no dia **1 de abril de 2022**, às 14:00 horas (horário local de Mato Grosso do Sul), por intermédio do Leiloeiro Público Oficial, Sr. **Marcelo Carneiro Bernardelli**, Matrícula 21 | JUCEMS, onde serão ofertados lances pela Internet, no qual serão levados a público pregões de vendas e arrematações, os bens abaixo relacionados, objetos de penhora no processo mencionado.

**DESCRIÇÃO DOS BEM(NS):** Um(a) automóvel da marca/modelo, Volkswagen/Gol 1.6 Power, de cor preta, ano de fabricação/ano modelo, 2006/2006, placa DUE-3870, com tarjeta da cidade de Três Lagoas/MS, chassi nº 9BWCB05W36P094160, RENAVAM nº 00892475048. Veículo em estado ruim de conservação, pneus sem condições de tráfego, lataria com alguns arranhões e amassados, estofamento em ruim estado de conservação, não há o banco traseiro, para-brisa dianteiro com trincado. Não foi possível testar o seu funcionamento. A avaliação considerou o atual estado do veículo, bem como a depreciação natural decorrente do tempo de uso.



**AVALIAÇÃO TOTAL:** R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme auto de avaliação ID n. 120c6b3, datado de 23 junho de 2021.

**DEPOSITÁRIO(A):** Há nomeação de fiel depositário em ID n. 131717f. Alessandro de Souza, inscrito(a) no CPF/MF nº 268.040.218-94. Endereço: Rua João M. Montalvão, nº 289, Jd. Morumbi, em Três Lagoas/MS. Depósito Maria Fixer.

**ÔNUS:** Há débitos relativos ao DETRAN/MS no valor total de R\$ 5.067,22 (Cinco mil e sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), conforme certidão emitida em 17/2/2022, estando sujeito a alterações e/ou atualizações até a data do leilão eletrônico. Veículo com restrição administrativa, restrição Renajud para transferência e alienação fiduciária Banco Santander Brasil S/A.

**DÉBITOS DA EXECUÇÃO:** R\$ 17.481,44 (Dezessete mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), até 30 de dezembro de 2021, conforme cálculo ID n. 3202e20.

Os lances serão ofertados pela rede Internet, através do portal **ww.marcaleiloes.com.br.**

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso por qualquer ocorrência, tais como na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

**Considerar-se-á vil lance inferior a 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação.**

-



Os ônus e responsabilidades que gravam o bem levado a leilão público serão sub-rogados em seu preço, ou seja, o bem será arrematado livre de ônus, cabendo ao preço recebido por ele a satisfação desses eventuais débitos, tudo com fundamento nos arts. 130 do CTN e art. 1.499 do CC, aplicáveis no âmbito da Justiça do Trabalho por força dos arts. 8º, parágrafo único, e 769 da CLT.

Receberão os bens no estado declarado no auto de penhora, motivo pelo qual deverão verificar por conta própria a existência de vícios.

À arrematação, adjudicação ou remição de bens aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, do Provimento Geral Consolidado do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Lei nº 5.584, de 22.06.70, da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Novo Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos, em especial o art. 895, do CPC/2015.

#### **FICAM CIENTES AS PARTES:**

A comissão é devida a partir da publicação do edital de leilão no órgão oficial.

Para o caso de arrematação, a comissão é de 5% (cinco por cento) sobre o lance vencedor e será paga pelo arrematante juntamente com o sinal de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 888, § 2º, da CLT, e, nos demais casos, o juiz da execução fixará a indenização a(o) Leiloeiro(a) oficial, desde que haja comprovação de despesa com a realização do leilão.

O pagamento do sinal da arrematação bem como da comissão, deverá ser efetuado no ato da arrematação, devendo ser completado o valor do lance em 24 horas, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução e retorno do(s) bem(ns) ao leilão.



Por motivo justificado, os prazos poderão ser elásticos em até 72 horas, se necessário.

Por se tratar de bem móvel, não será admitido o pagamento parcelado do preço.

Para os casos de adjudicação, remição da execução, transação, desistência da execução, renúncia e remissão a comissão devida será de 2% (dois por cento), a serem pagos pelo exequente, no primeiro caso e, pelo executado, nos demais, limitada a indenização ao valor das despesas com a realização do leilão, devidamente comprovadas (art. 159, parágrafo único do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria do Eg. TRT da 24ª Região).

Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.

O prazo para oposição de Embargos terá início 24 horas após a arrematação ou adjudicação.

Caso seja infrutífera a alienação pública, fica autorizado(a) o(a) leiloeiro(a) a alienação dos bens por iniciativa própria pelo prazo de 60 (sessenta) dias, informando previamente o juízo sobre eventual oferta.

Fica o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele designada autorizado a fotografar os bens, devendo o depositário permitir o livre acesso para esse fim, sob as penas da Lei.



Caso as partes, por qualquer motivo, não tenham sido intimadas da data da realização do leilão, dela ficam cientes pela publicação deste edital junto à Imprensa Oficial, bem como pela sua afixação em local costumeiro neste foro.

Fica o(a) Sr(a). Leiloeiro(a) Oficial autorizado(a) a receber ofertas de preço pelos bens arrolados neste Edital em seu endereço eletrônico: site [www.marcaleiloes.com.br](http://www.marcaleiloes.com.br), devendo para tanto os interessados efetuar cadastramento prévio, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na(s) data(s) designadas para a realização do leilão, para fins da lavratura do termo próprio.

Caso as partes não sejam encontradas nos endereços constantes dos autos, ficam desde logo intimados os executados **M.A de Lima - ME**, na pessoa de seu representante legal **Maria Aparecida de Lima**, na qualidade de Fiel Depositário **Alessandro de Souza**, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, da data acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil /2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, desde já são consideradas intimadas pela publicação do presente edital junto à Imprensa Oficial (Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT), bem como pela sua afixação em local costumeiro neste Foro Trabalhista.

**Obs.: 1)** Caso as partes não sejam encontradas nos endereços constantes dos autos, desde já ficam intimadas da designação supra. **2)** Fica por conta do arrematante as despesas de transportes e escriturações caso tiver.

Três Lagoas/MS, 17 de fevereiro de 2022.



Documento assinado pelo Shodo

**PATRÍCIA YIDA DE MATTOS**

Diretora de Secretaria

**CARLOS ROBERTO CUNHA**

Juiz do Trabalho

TRES LAGOAS/MS, 17 de fevereiro de 2022.

**CARLOS ROBERTO CUNHA**

Magistrado



Assinado eletronicamente por: CARLOS ROBERTO CUNHA - Juntado em: 17/02/2022 20:44:02 - 8b235f6  
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/22021717070686100000020060351?instancia=1>  
Número do processo: 0024923-87.2017.5.24.0071  
Número do documento: 22021717070686100000020060351

# SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data de Juntada	Documento	Tipo
8b235f6	17/02/2022 20:44	<a href="#">Edital de Praça/Leilão - Data 1/4/2022</a>	Edital de Praça/Leilão